

ACTA N.º 25
MANDATO 2005/2009

Aos vinte e nove dias do mês de Dezembro do ano dois mil e oito, pelas vinte horas e trinta minutos, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Valongo, realizou-se segunda reunião da Assembleia Municipal de Valongo, da Sessão Ordinária do dia vinte e dois de Dezembro, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

1.
2.
- 2.1

Ordem do Dia: -----

1.
2. Discutir e votar propostas da Câmara Municipal sobre: -----
 - 2.1
 - 2.2
 - 2.3
 - 2.4 Actualização da tabela de taxas anexa ao regulamento da liquidação e cobrança de taxas relativas à realização de operações urbanísticas de edificação e urbanização, para o ano 2009; -----
 - 2.5 Actualização da tabela de taxas pela concessão de licenças e prestação de serviços municipais, para o ano 2009; -----
 - 2.6 Cemitério de Luriz – Celebração de protocolo entre a Câmara Municipal de Valongo e a Junta de Freguesia de Campo; -----
 - 2.7 Proposta de adesão do Município à Entidade de Turismo do Norte, designada por: “Turismo do Porto e Norte de Portugal”; -----
 - 2.8 Delegação de competências nas Juntas de Freguesia para reparação e conservação de edifícios escolares; -----
 - 2.9 Delegação de competências nas Juntas de Freguesia para conservação e limpeza de valetas, bermas, caminhos e colocação de sinalização toponímica; -----

3 Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo. -----
Estavam presentes trinta e um elementos, cujos nomes constam da lista de presenças com as respectivas rubricas. Presentes, também, o Senhor Presidente da Câmara Fernando Horácio Moreira Pereira de Melo, o Senhor Vice-Presidente João António de Castro e Paiva Queirós e os Senhores Vereadores Mário Armando Martins Duarte, Maria José Baptista de Moura Azevedo, António Augusto de Magalhães Gomes e Jorge Manuel Gonçalves Videira. -----

Verificaram-se as substituições ao abrigo do art.º 78º da Lei 169/99, de 18 de Setembro com redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, dos Membros da Assembleia Municipal António Artur dos Santos Pais, António

Marques Oliveira, João Paulo Rodrigues Baltazar, Olívio Alexandre Amador Cruz e Ventura de Almeida, tendo sido substituídos, respectivamente, por Américo Alfredo Ferreira da Silva, Manuel Jorge Carneiro V. Machado Pinto, Idália Moreira Marques, Célia Cristina Lopes Ferreira e Maria Esmeralda Correia de Carvalho. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas** deu início à reunião convidando o Deputado José Fernando Santos Castro para substituir o Segundo Secretário da Mesa. -----

De seguida colocou á discussão o ponto 2.4 Actualização da tabela de taxas anexa ao regulamento da liquidação e cobrança de taxas relativas à realização de operações urbanísticas de edificação e urbanização, para o ano 2009. -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano** começou por dizer que no Regulamento menciona que, o aumento das taxas deve reflectir o índice do Instituto Nacional de Estatística, nos doze mês, em que o mês reflectido deve ser Outubro. -----

Disse ainda que diz que deve reflectir, não obriga como numa reunião de Câmara, a que assistiu, ficou no ar que tinha que ser assim, deve reflectir não que dizer que obriga a que tenha que ser assim. -----

Continuou dizendo que foi prometido que, nesta altura, que as novas taxas para 2009 deveriam reflectir a nova legislação, bem como deveria ser fundamentado o seu valor. -----

Quando se começou a aperceber que o aumento que a nova Lei ia inflectir sobre as populações, a Associação Nacional de Municípios pediu ao Governo para retardar a sua entrada em vigor, com o que o Governo concordou, toda a gente sabe que 2009 é ano de eleições e algumas taxas iriam duplicar. -----

Disse de seguida que a taxa a aplicar não devia ser 2,9, mas sim a inflação prevista de 2,5. -----

Que a CDU não concorda com o valor da taxa na actual situação económica que a população portuguesa está a passar, que deveria haver um esforço da Câmara para minorar aquilo que as populações vão sofrer em 2009. -----

Assim, caso não haja um recuo por parte da Câmara a posição da CDU vai ser de votar contra, porque não concorda que em 2009 a taxa seja de 2,9, mas sim que deve reflectir a inflação prevista. -----

Foi apresentada, em tempos, uma Recomendação pela CDU para que a taxa das rampas fosse abolida, recomendação que não passou, mas entretanto todos os Grupos Municipais acharam que no verão não era a altura suficiente. -----

Disse de seguida pensar que toda a gente estava de acordo que se devia reflectir sobre a taxa das rampas, assim como agora seria a altura para se analisar, outra vez, a taxa das rampas, ela volta a aparecer no regulamento.

Terminou dizendo que a posição da CDU é contra um aumento de 2,9 para as taxas. -----

Portanto a posição da DCU é estar contra um aumento de 2,9 para as taxas.

O Senhor **Deputado Luís Teixeira de Azevedo** disse que no preâmbulo da proposta diz: “assim, nos termos legais e regulamentares, a actualização da tabela deverá ser feita até ao dia 10 de Dezembro, de cada ano, por deliberação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, e afixada nos lugares públicos do costume até ao dia 15 do mesmo mês, para vigorar a partir do ano seguinte”, assim deve haver alguma data que não está correcta, pois o documento refere que tem que ser feita até dia 10, e afixada até dia 15, e estão numa Assembleia do dia 29 de Dezembro. -----

O Senhor **Vice-Presidente João António de Castro e Paiva Queirós** começou por dizer que relativamente à questão colocada pelo Deputado Luís Azevedo, o Orçamento e Grandes Opções do Plano podem ser votados em Assembleia de Novembro ou Dezembro, estão numa Assembleia de Dezembro o que reflecte essa situação. -----

Se a Assembleia fosse em Novembro estariam enquadrados nessa situação como estão a fazer em Dezembro será um bocado difícil. -----

Disse de seguida que relativamente ao valor da taxa que está em causa, o valor é o fixado, e publicado, pelo Instituto Nacional de Estatística. -----

Quanto à nova tabela de taxas, está pronta, só que o DPUG pediu um prazo ligeiramente mais alargado para apreciar uma ou outra situação, que entenderam por conveniente abordar. -----

O Senhor **Deputado Joaquim Jerónimo Pereira** disse que o artigo 35º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas, quanto às operações urbanísticas, determina a actualização ordinária e anual. -----

Quanto ao problema da taxa de inflação baseia-se, não em pressupostos, mas sim em dados, que não foram inventados, os fixados pelo Instituto Nacional de Estatística. -----

Terminou dizendo que estão a falar da realização de operações urbanísticas de edificação e urbanização para o ano 2009, o 0,9 poderá fazer jeito à Câmara e não vai agravar a situação social dos Municípios de Valongo. -----

O Senhor **Deputado Luís Teixeira de Azevedo** disse que se bem entendeu a justificação do Vice-Presidente, quem teve a culpa da ilegalidade que se vai cometer é da Presidente da Assembleia, porque nos termos legais diz que tem que ser até ao dia 10 de Dezembro, e a Assembleia foi convocada para o dia 22 de Dezembro. -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano** disse ter lido o Regulamento, só não leu o outro porque no site da câmara ele desapareceu. -----

Disse que no Regulamento menciona que deve reflectir, mas tem uma nota a seguir ao quadro das taxas, em que diz que a Câmara pode, em qualquer altura, fazer aumentos extraordinários. -----

Relativamente á questão colocada pelo Deputado Luís Azevedo sobre a redacção que está no Regulamento, é a redacção da Câmara, que na sua opinião deveria ser alterada omitindo p dia 10 de Dezembro. -----

O Senhor **Deputado Albino da Silva Poças** disse compreender a posição do Deputados da oposição pois eles estão numa função, uns mais rigorosamente outros menos, mas estão numa posição de votar contra tudo e contra todos. -----

Disse de seguida que numa das intervenções foi dito que o Executivo ao aplicar o rigor de uma taxa estava a optar por métodos eleitoralistas, isto porque se pretende aplicar pelo seu valor máximo, assim estaria a tratar de uma forma eleitoralista a aplicação da taxa. -----

Mas gostaria de saber qual a opinião do Deputados se a Câmara em vez de aplicar esse valor, aplicasse 50%, isso é que seria uma atitude eleitoralista. – Continuou dizendo que é bom que se defenda um certo economicismo, estão numa época de vacas magras e é bom que isso aconteça, mas essa atitude deveria partir de todos os Membros da Assembleia, deveriam ser os primeiros a dar o exemplo. -----

Se recuarem a Janeiro, e se percorrerem os 12 meses, nem sempre foi essa a atitude, estão hoje reunidos, e isso custa ao erário público, às finanças do Município, no mínimo 3 mil euros, se tivessem sido um pouco mais rigorosos com esse principio de economia, não estavam ali e a Câmara estava a economizar no mínimo 3 mil euros, mas isso tem-se repercutido várias vezes ao longo do ano. -----

O Senhor **Vereador Mário Armando Martins Duarte** começou por dizer que relativamente à intervenção do Deputado José Deolindo Caetano, onde disse que se a taxa fosse 2,5% a CDU votaria a favor, como estão a aumentar 2,9 vão votar contra. -----

Disse de seguida que estão a falar da tabela de taxas de realização de operações urbanísticas, e pegando na taxa maior de 1400 euros, referente à instalação de infra-estruturas de suporte de estações de rádio e comunicações e respectivos acessórios, 0,4% representa 6 euros. -----

Se pegarem no que é mais comum, a emissão de licença de obras, estão a falar de 91 euros pela emissão do alvará, e por lote mais 7 euros, estão a aumentar 0,40 euros e 0,06 euros. -----

Terminou dizendo que essa não será a razão para o voto contra, mas sim será um voto político. -----

O Senhor **Deputado Nelson Jorge Neto Duarte da Rocha** disse que há palavras que não devem ser proferidas, ele saiu da sala e não levantou o dedo quando foi para o prolongamento da reunião, dado ao adiantado da hora, e ele tem que se levantar cedo de manha para trabalhar. -----

O Senhor **Deputado José Manuel Ribeiro** começou por dizer que a tradição é a actualização em função do índice dado pelo INE, e se passassem a viver não com inflação mas com deflação. -----

Disse de seguida que estão num dos concelhos da Área Metropolitana do porto onde a habitação, em média, é mais barata. -----

Disse ainda que estão numa Assembleia Municipal, que é um espaço político, onde se fazem apreciações politicas. -----

Esses argumentos devem pesar nas suas reflexões, pois chumbaram o Plano e Orçamento da Câmara, por vários argumentos, designadamente como foram inscritas as receitas e as despesas. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas** colocou à votação o ponto 2.4 Actualização da tabela de taxas anexa ao regulamento da liquidação e cobrança de taxas relativas à realização de operações urbanísticas de edificação e urbanização, para o ano 2009, sendo aprovado por maioria com quinze votos a favor sendo, treze votos a favor do Grupo Municipal do PSD, um voto a favor do Grupo Municipal do CDS/PP, um voto a favor da Presidente da Assembleia Municipal, e três votos contra sendo um voto contra do Grupo Municipal da CDum um voto contra do Deputado Alfredo da Costa Sousa, um voto contra do Deputado José Manuel Ribeiro e treze abstenções sendo doze abstenções do Grupo Municipal do PS e uma abstenção do Grupo Municipal do BE. -----

De seguida colocou à discussão o ponto 2.5 Actualização da tabela de taxas pela concessão de licenças e prestação de serviços municipais, para o ano 2009. -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano** começou por dizer que o deputado Albino Poças é um homem frontal, e que gosta de pessoas frontais, pois ele próprio também o é. -----

Disse ainda que foi dito que a Assembleia se devia preocupar mas com as reuniões que faz, que se está a gastar muito aos cofres da Câmara, e de há um tempo para cá se fazem muitas Assembleia Municipais. -----

Disse de seguida que se calhar o dinheiro mal gasto foi nas Assembleias que se realizaram em Julho e Agosto, quando o parecer Jurídico da Câmara, relativamente à nomeação do representante, junto da CCDRN, do PDM, foi de que a pessoa podia ser indicada pela Assembleia sem ser eleita, mas não se quis fazer cumprir o Parecer Jurídico e realizaram-se duas Assembleias. -- Terminou dizendo que o Deputado Albino Poças não se devia preocupar com os tostões que a Assembleia gasta, mas sim devia pensar nos tostões todos, como no caso dessas duas Assembleias que foram feitas. -----

O Senhor **Deputado Albino da Silva Martins Poças** disse que daquilo que disse, e tem dito, não foi ao longo do ano mas sim ao longo do tempo que tem o prazer de fazer parte da Assembleia Municipal, assim como não retira nada, nem uma vírgula ao que disse. -----

Que está habituado a procurar merecer aquilo que ganha, ao longo da sua vida e, todas as circunstâncias. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas** disse que relativamente às Assembleias realizadas em Julho e Agosto, apenas foi cumprida a Lei, que de facto a Lei dizia que o prazo era até ao dia 4 de Agosto, assim como dizia que era para eleger. -----

De seguida colocou à votação o ponto 2.5 Actualização da tabela de taxas pela concessão de licenças e prestação de serviços municipais, para o ano 2009, sendo aprovado por maioria com quinze votos a favor sendo, treze

votos a favor do Grupo Municipal do PSD, um voto a favor do Grupo Municipal do CDS/PP, um voto a favor da Presidente da Assembleia Municipal, e três votos contra sendo um voto contra do Grupo Municipal da CDum um voto contra do Deputado Alfredo da Costa Sousa, um voto contra do Deputado José Manuel Ribeiro e treze abstenções sendo doze abstenções do Grupo Municipal do PS e uma abstenção do Grupo Municipal do BE. -----

Colocou de seguida à discussão o ponto 2.6 Cemitério de Luriz – Celebração de protocolo entre a Câmara Municipal de Valongo e a Junta de Freguesia de Campo, não se tendo verificado intervenções relativamente a este ponto foi colocado à votação e aprovado por unanimidade. -----

Seguidamente colocou à discussão o ponto 2.7 Proposta de adesão do Município à Entidade de Turismo do Norte, designada por: “Turismo do Porto e Norte de Portugal”, não se tendo verificado intervenções relativamente a este ponto foi colocado à votação e aprovado por maioria com trinta votos a favor sendo catorze votos a favor do grupo Municipal do PS, treze votos a favor do Grupo Municipal do PSD, um voto a favor do grupo Municipal do BE, um voto a favor do Grupo Municipal do CDS/PP, um voto a favor da Presidente da Assembleia Municipal e uma abstenção do grupo Municipal da CDU. -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano** disse que a abstenção por parte da CDU, não tinha a ver com a adesão, que era quase obrigatório que a Câmara aderisse, mas sim com a posição que a CDU tem sobre a nova Lei que forma os organismos do turismo. -----

São da opinião de que a anterior legislação servia muito bem, e era uma maneira mais despartidarizada das organizações funcionarem, assim como sabem quem faz parte dessas organizações, estando o Governo muito bem representado nas mesmas. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas** colocou à discussão o ponto 2.8 Delegação de competências nas Juntas de Freguesia para reparação e conservação de edifícios escolares, não se verificaram intervenções relativamente a este assunto sendo colocado à votação e aprovado por unanimidade. -----

De seguida colocou à discussão o ponto 2.9 Delegação de competências nas Juntas de Freguesia para conservação e limpeza de valetas, bermas, caminhos e colocação de sinalização toponímica, não se verificaram intervenções relativamente a este assunto sendo colocado à votação e aprovado por unanimidade. -----

Colocou à apreciação o ponto 3 Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo. -----

O Senhor Deputado **Luís Teixeira de Azevedo** disse que relativamente ao Relatório Financeiro está plasmado que a dívida a curto prazo é de 12.032.788,95 euros, olhando para os dados a situação começa a ser

preocupante. -----
Entre 31 de Janeiro e 31 de Março a dívida a curto prazo subiu de 8 milhões 043 mil euros para 9 milhões 230 mil euros, o que equivale a um diferencial 1 milhão 187 mil euros. -----
Em 31 de Maio a dívida a curto prazo desceu em 1 milhão 546 mil euros, para em 31 de Agosto ter aumentado 2 milhões 621 mil euros, reportado a 30 de Novembro têm 12 milhões 032 mil euros, o que equivale a que, num período de seis meses, a dívida a curto prazo aumentou 4 348 099,54 euros, gostava de entender o porquê desse aumento da dívida a curto prazo. -----
O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano** disse que relativamente ao Departamento de Ambiente e Qualidade de Vida uma das acções foi, verificação periódica do estado das linhas de água no Concelho junto a pontes e pontões, é do seu conhecimento que há pontes e pontões em estado degradado. Pretendia saber se foi feita só uma verificação periódica, ou se foi feita a verificação para que posteriormente haja uma intervenção. Disse ainda que está mencionada a análise trimestral da TMN, referente a radiações electromagnéticas, pretendendo saber se só a TMN tem antenas no Concelho, ou se existem outras operadoras com antenas no Concelho, caso haja se não remetem os Relatórios à Câmara, o que é que a Câmara faz quando não remetem o relatório. -----
O Senhor **Vice-Presidente João António de Castro e Paiva Queirós** informou que a dívida cresceu em função de um aumento de fornecedores, algum imobilizado e obras que foram sendo desenvolvidas, essencialmente as escolas, tendo as iluminações de Natal ficado por 55 mil euros. -----
O Senhor **Presidente da Câmara Fernando Horácio Moreira Pereira de Melo** disse que relativamente às questões apresentadas pelo Deputado José Deolindo Caetano posteriormente responde, pois não tem esses dados com ele. -----
O Senhor **Deputado Luís Teixeira de Azevedo** começou por lembrar a Presidente da Assembleia que os Vereadores estão ali para responder a questões colocadas pelos Deputados e não para fazer intervenções políticas, nem lançar bocas. -----
Disse de seguida que quando se referiu às iluminações de Natal, não é contra as iluminações ornamentais de Natal, estava sim a referir-se à renovação de candeeiros, lâmpadas, projectores e postes de iluminação, que coincidiu com a época natalícia, iluminação que poderá levar uma grande fatia do diferencial de 4 milhões de euros. -----
O Senhor **Presidente da Câmara Fernando Horácio Moreira Pereira de Melo** começou por dizer que não sabe do Deputado tem alguma empresa de montagens eléctricas, pois se tiver pode concorrer, pois a Câmara entrega esses assuntos a quem concorre. -----
Terminou dizendo que relativamente à iluminação foi a primeira crítica que recebeu até agora. -----

O Senhor **Deputado Albino da Silva Martins Poças** em resposta ao Deputado Luís Azevedo disse que muitos dos colegas do Partido Socialista elogiam, e bem, as iluminações que foram colocadas. -----
Não estranha a opinião do Deputado Luís Azevedo, pois nem todos tem a sensibilidade necessária para essas coisas, mas os valongueses têm essa sensibilidade, e ele está muito satisfeito e honrado, inclusive pessoas que não são de Valongo tecerem os mais rasgados elogios da forma como o Concelho se preparou para a época natalícia. -----
Terminou dizendo que há oito dias apresentou um documento felicitando o Executivo da Câmara pela iniciativa, reforçando essas felicitações. -----
O Senhor **Vereador Mário Armando Martins Duarte** começou por pedir desculpa pelo facto de ter intervindo sem autorização da Presidente da Assembleia. -----
Relativamente à iluminações gostava de saber quais as iluminações que o Deputado Luís Azevedo se referiu. -----
Disse de seguida que o que fizeram no último ano, e não agora, foi valorizar em termos de iluminação os espaços públicos no Concelho, junto à Igreja de Valongo, junto à Igreja de Ermesinde, várias rotundas, vários jardins, várias artérias mais usadas pelos Municípios, foram essas as obras de iluminação que fizeram, sendo que alguma iluminação foi feita pela EDP, como na Gandra e na Bela. -----
Terminou dizendo que todas as iluminações que fizeram não contribuíram para a tal dívida, tendo contribuído muitíssimo pouco. -----
O Senhor **Deputado Luís Teixeira de Azevedo** começou por dizer que segundo o Regimento os Vereadores só lá estão para responder a questões e não para perguntar. -----
Mencionou de seguida nunca ter dito que era contra as iluminações, nem as de Natal, nem as outras. -----
Continuou dizendo que o que lhe parece é que pode estar subjacente, ao aumento da dívida a curto prazo, esse investimento que foi feito relativamente à iluminação. -----
Disse de seguida que não tem uma empresa de electricidade, que está de mãos limpas, nem está na política para ter empresas, ou para criar empresas, seja de electricidade, de jardinagem, de limpezas, de recolha de lixo, disto ou daquilo. -----
Terminou dizendo que não é contra as coisas, pode estar subjacente que se há um aumento de dívida de mais de 4 milhões de euros, em seis meses, houve investimento, a sua pergunta é onde está esse investimento. -----
O Senhor **Deputado Casimiro Couto Sousa** disse que a sua intervenção vem no sentido da maneira indisciplinada com que a Assembleia está a ser conduzida, pois mais parece uma Assembleia de Vereadores do que uma Assembleia de Deputados, eleitos para representar a população de Valongo. Disse ainda que basta que um Vereador levante o dedo e é-lhe, generosamente, concedida a palavra para dizer aquilo que muito bem lhe

apetece, para comentar a actividade dos Deputados, para fazer perguntas, para dizer as maiores barbaridades. -----

Que se a Mesa se preocupasse em cumprir, e fazer cumprir, tinha lido no artigo vinte e muitos, que os Vereadores podem assistir às sessões, intervir a pedido do plenário, ou com a anuência do Senhor Presidente da Câmara. ----

O que acontece é que não há anuência nenhuma, nem há pedido da Câmara, como aconteceu que o Vereador Mário Duarte levantou o dedo, sem o Presidente da Câmara dar conta, e interveio sem ele se pronunciar, o que aconteceu, é o que acontece sempre. -----

Disse de seguida que o Vereador, só é Vereador mais nada, o está sentado em cima, num plano superior ao deles, mas não tem competência para lhes fazer perguntas, para apreciar a actividade nem para intervir, está mais alto devido à obra de carpintaria, mais nada. -----

Terminou dizendo que das suas intervenções do Vereador Mário Duarte não têm razão de ser, o Executivo é PSD, a Mesa é constituída por PSD, CDS e afins, é muito complicado resistir às tentações de haver alguma promiscuidade, promiscuidade no bom sentido, de não haver autoridade para impor o Regimento. -----

O Senhor **Deputado Daniel Torres Gonçalves** disse que ou são formalistas e estão numa teia de leis, e não fazem nada, ou então têm uma dinâmica própria da Assembleia, em que o silêncio do Presidente representa a anuência para que os Vereadores possam intervir, e de facto o Vereador na sua intervenção, embora não seja essa a função de questionar os Deputados, os Deputados são livres de responder ou não. -----

Acha que não é uma questão de indisciplina, porque se houver indisciplina é da parte da bancada Socialista, ou de qualquer bancada que ache que o Regimento não está a ser cumprido. -----

Disse de seguida que há uma figura no Regimento, que pode ser utilizada, que é o ponto de ordem à Mesa, nunca viu o Deputado Socialista a levantar e dedo e chamar à atenção à Mesa, através do ponto de ordem à Mesa, que é para isso que serve essa figura. -----

Terminou dizendo que acha que não é uma questão de indisciplina, mas uma questão prática, de que possamos ter um debate que seja produtivo, pois há muitas informações que têm, e que a Câmara Municipal pode fornecer. -----

O Senhor **Vereador Mário Armando Martins Duarte** disse que não estava naquele lugar por obra de carpintaria, mas sim pela vontade da população de Valongo. -----

Disse ainda que esteve oito anos sentado como Deputado, com muito orgulho, e muito gosto, recordando com saudades esses oito anos. -----

Disse de seguida que as suas intervenções, se bem que numa delas tivesse questionado o Deputado, para o esclarecer ao que se estava a referir.

Terminou dizendo que irá intervir sempre que entender que a sua intervenção sirva para esclarecer a Assembleia Municipal. -----

O Senhor **Presidente da Câmara Fernando Horácio Moreira Pereira de**

Melo informou que o Relatório da Actividade Municipal, não costuma trazer, nem isso é dado, aquilo que são os montantes dos gastos, mas que os poderá fornecer se o Deputado assim o entender. -----

A Senhora **Presidente Sofia Liberta Braga de Freitas** colocou à votação a aprovação em Minuta dos pontos 2.1, 2.2, 2.3, 2.4, 2.5, 2.6, 2.7, 2.8 e 2.9, sendo aprovado por unanimidade. -----

De seguida deu por encerrada a sessão. -----

Para constar se lavrou a presente acta, que vai ser devidamente aprovada e assinada. -----

A Presidente: _____

O 1º Secretário: _____

O 2º secretário: _____